 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Morais Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a O projeto de constru??o de uma comunidade global baseada em padr?es universais e progressivos de dec?ncia, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transforma?es do s?culo XX, tendo como marco significativo a Declara??o Universal dos Direitos Humanos. Nesse ?mbito, o Direito ? Alimenta??o tem sido objeto da reflex?o antropol?gica desde 1940 e ? crescente sua participa??o no debate contempor?neo em fun??o de sua interconex?o com a ?crise alimentar? em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e pr?ticas administrativas, rela?es de domina??o entre grupos e na?es, crise ecol?gica e produ??o em larga escala, concentra??o de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, rela?es entre saberes tradicionais e saber cient?fico etc. No Brasil, a Constitui??o de 1988 representou um avan?o significativo na possibilidade de consolida??o de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimenta??o ocupa um lugar central, seja na efetiva??o da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas exist?ncias nos seus lugares de atua??o. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espa?o de discuss?o da Antropologia da Alimenta??o e colocar em perspectiva quest?es relativas aos riscos e controv?rsias sobre a seguran?a alimentar e nutricional, dos ativismos pol?ticos e das pol?ticas p?blicas, que assegurem o direito ? alimenta??o, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

Alimentação Do Trabalhador ? Jornal O Estado De São Paulo ? 1937-1945

Autoria: Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla, Maria Clara Pereira Barreto Amorim

No Brasil as preocupações do Estado em alimentar braços para o work já vem desde o período colonial. Ações efetivas nesse sentido, no entanto, só se fizeram presentes no século XX. Ainda que foi preciso chegarmos ao século XXI para que saíssemos oficialmente do Mapa da Fome, ainda que, ultimamente o temor de que voltemos a figurar nele nos ronde. As descobertas científicas mundiais da virada do século XIX para o XX chegaram ao Brasil, e trouxeram com elas muitas novidades no que diz respeito às vitaminas, proteínas, e, também às técnicas de conservação e diminuição dos riscos de contaminação. Médicos e biólogos brasileiros se interessavam cada vez mais pelo assunto, e o que mais se destacou foi Josué de Castro. O problema alimentar no Brasil passa a chamar mais e mais a atenção do Estado que passa a reconhecer entre os problemas de saúde pública brasileira a fome e a desnutrição. A partir desse período esse problema passa a fazer parte da agenda política brasileira. Muitas medidas foram tomando forma ao longo do período, até que em 1940, o enfrentamento da fome é formalmente considerado um problema social que necessita de políticas públicas para seu combate, assim é que se propõem ações para introdução de novos alimentos e desenvolvimento de novas práticas educativas para a alimentação. As políticas nacionais de alimentação e nutrição têm início com o SAPS (Serviços de Alimentação e Previdência Social, na década de 1940, cujo principal objetivo era prestar serviço nutricional para a classe dos trabalhadores brasileiros. Diante desse quadro, uma pergunta se impõe, qual o papel do alimento em relação à soberania alimentar e a construção de paradigmas de saúde para o trabalhador num Brasil do Estado Novo? Dessa forma é que a presente

 ISBN: 978-85-87942-61-6

pesquisa pretende empreender uma análise sobre as referências sobre a ?alimentação do trabalhador? presentes no Jornal o Estado de São Paulo, no período, buscando uma dimensão a partir de indicadores na análise das notícias, receitas, orientações nutricionais, conselhos médicos, entre outros, procurando uma faceta subjetiva da nutrição, com o objetivo de compreender melhor a complexidade alimentar brasileira em seu processo culturalmente constituído.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**